

Pesca e aquicultura no Estado de São Paulo: uma política de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Leinad Ayer de Oliveira
Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura
no Estado de São Paulo

As ações do Ministério da Pesca e Aquicultura no Estado de São Paulo se efetivam através da Superintendência Federal tanto para a implantação de políticas de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura quanto para a consolidação das políticas de inclusão social e erradicação da pobreza dos pescadores e pescadoras. Este artigo reúne alguns indicadores que permitem identificar transformações ocorridas no Estado nos últimos anos e que confirmam o êxito das políticas implementadas no setor.

Entre os indicadores econômicos, destacam-se os seguintes:

- no período de 2007 a 2009 a produção pesqueira cresceu de 66.813,5 t/ano para 76.702,0 t/ano, cerca de 11,5%, colocando São Paulo em sexto lugar na produção nacional de pescado. A piscicultura em águas continentais cresceu 65,9%, passando de uma produção estimada em 23.209,0 t/ano em 2007 para 38.503,0 t/ano em 2009;
- o acesso ao crédito disponibilizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, operado pelo PRONAF, cresceu em número de beneficiários e no valor total de recursos: em 2007 foram realizados 323 contratos no valor total de R\$ 4.202.955,00, enquanto em 2009 foram firmados 588 contratos no valor de R\$ 15.793.377,00;
- foram autorizados 281 processos de importações de 20 países e 758 processos de exportações para oito países. Vale lembrar que apenas em agosto de 2010 passamos a estruturar os procedimentos de implantação da Política de Sanidade Pesqueira e Aquícola, antes de responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura;

- o consumo aumentou de 6,8 kg/ano *per capita* em 2003 para 9,0 kg/ano *per capita* em 2009, resultado não apenas de campanhas de estímulo ao consumo do pescado de boa qualidade, mas sobretudo de um aprimoramento das condições de manuseio, comercialização e transporte, com a consequente redução do preço na mesa dos trabalhadores e aumento da rentabilidade econômica para os pescadores.

Também temos muito a apresentar em relação às políticas de inclusão social:

- as medidas de ordenamento pesqueiro se consolidaram na regularização do acesso à atividade e normatização das frotas pesqueiras;
- em 2010, chegamos ao número de 30 mil pescadores e pescadoras “de carteirinha”, ou seja, que possuem suas carteiras de Pescador Profissional, estando assim aptos a exercer a atividade e acessar os programas sociais do Governo Federal. Deve-se ressaltar que hoje os pedidos são atendidos *em tempo real*, sem qualquer demora ou espera na emissão de novas carteiras ou na validação das carteiras antigas.
- As frotas das embarcações com capturas de recursos pesqueiros ameaçadas de exploração e as sobre-explotadas foram dimensionadas de acordo com a capacidade de suporte do recurso, apontada pelos comitês de gestão participativa. Entre as 1.104 embarcações da frota controlada estão incluídas as 730 embarcações da pesca artesanal com autorização para captura do camarão sete barbas. Entre as outras 2.056 embarcações da frota não controlada, estão cadastradas 1.658 da pesca artesanal, para captura de peixes diversos;
- Equipamentos de apoio à cadeia produtiva foram disponibilizados para a comunidade pesqueira artesanal com o objetivo de ampliar sua capacidade de geração de renda. Foram catorze módulos de comercialização, duas fábricas de gelo, uma cozinha comunitária, cinco caminhões frigoríficos e dois caminhões “Feira do peixe”;
- Três territórios da pesca e aquicultura estão sendo estruturados, beneficiando 10.200 pescadores e pescadoras em 65 municípios, com ampla participação do setor e diálogo com as entidades regionais;
- Estão sendo realizados seminários e cursos de capacitação para pescadores artesanais e industriais, piscicultores e maricultores de comunidades

tradicionais, por entidades parceiras, através de convênios. São dezoito “Escolas de Produção”, como são conhecidas as Unidades Demonstrativas, em implantação com o objetivo de capacitar e preparar os interessados no cultivo dos peixes e moluscos.

Para consolidação da infraestrutura da cadeia produtiva foram investidos recursos nas obras de modernização das instalações dos Terminais Pesqueiros Públicos de Santos e Cananéia, com a realização de reformas estruturantes e instalação de fábricas de gelo com capacidade de 60 t/dia e 120 t/dia. A Unidade de Beneficiamento do Pescado da CEAGESP, maior centro atacadista de comercialização da América Latina, está pronta, aguardando apenas a licitação pública para iniciar o funcionamento. Outras quatro unidades de beneficiamento estão sendo implantadas e três Centros Integrados da Pesca Artesanal estão sendo estudados, tendo sua construção projetada para o ano de 2011.

A aquicultura em águas da União vem se consolidando em São Paulo nas bacias hidrográficas dos rios Paraná, Paranapanema, Paraíba do Sul e Grande, em águas marinhas do litoral e em estabelecimentos rurais dispersos por todo o Estado. Estas bacias demarcam quatro macrorregiões com potencial para implantação da cadeia produtiva centrada na piscicultura, com unidades de criação de tilápias em tanques-rede, beneficiamento e comercialização.

Em 2010, foram licitadas 234 áreas aquícolas sociais (com 1.500 m² e capacidade de instalação de 40 tanques-rede) e 50 áreas empresariais (com 4.200 m²) nos quatro parques do reservatório de Ilha Solteira. Em processo de regularização somam-se 32 áreas aquícolas empresariais. Na região existem duas indústrias de grande porte com capacidade de abate de 5,0 t/dia; além delas, duas estruturas de abate de pequeno porte estão sendo implantadas para atender os pequenos produtores.

A perspectiva de implantação da aquicultura com possibilidade de dobrar a produção em dois anos se consolidará com a realização dos estudos de identificação e demarcação dos parques aquícolas nos oito reservatórios do Paranapanema e no reservatório Sérgio Mota no Rio Paraná e com a regularização das 118 áreas aquícolas aptas para começar a produzir.

Como principal obstáculo para o desenvolvimento da atividade em São Paulo, cabe citar a ausência de normativas com os procedimentos a serem adotados para o

licenciamento ambiental dos empreendimentos, seja pequenos ou grandes, localizados em águas continentais ou marinhas, individuais ou coletivos. Nem mesmo a aprovação da Resolução Conama n.º 413, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura em todo o País, sensibilizou os órgãos governamentais estaduais responsáveis pelo licenciamento em São Paulo a estabelecerem as normas e desburocratizarem as análises dos pedidos dos interessados em ingressar na atividade produtiva.

Concluindo, todas estas ações só poderiam ter sido realizadas com a participação das entidades representativas do setor. Para a formulação das políticas, foram realizadas três conferências estaduais, um encontro estadual de trabalhadoras da pesca e aquicultura e um encontro estadual da pesca amadora. Para sua implementação e avaliação, foram realizadas inúmeras reuniões com o setor produtivo, além das reuniões periódicas dos conselhos dos Terminais Pesqueiros Públicos de Santos e Cananéia e dos comitês gestores municipais dos equipamentos públicos cedidos à pesca artesanal.

Fizemos muito e ainda temos muito a fazer na estruturação das políticas da pesca e aquicultura. Estas políticas podem dobrar a produção de pescado, com o aumento de emprego e geração de renda, garantindo alimento de boa qualidade a baixo preço na mesa dos trabalhadores e trabalhadoras em São Paulo.